

ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

Edital 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	180183-ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	DANIEL DOMINGUES MACHADO	08/05/2026 10:36 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00620245/2025-41

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PREGÃO

ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (180.183)

OBJETO

Aquisição de 02 (dois) Gravadores de Voz para o Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 09h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	3	
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3	
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4	
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6	
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7	
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9	
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13	
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17	
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19	
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20	
11. DOS RECURSOS	21	
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21	
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25	
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25	

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº057.00620245/2025-41)

Torna-se público que o(a) Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do(a) Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, sediado(a) Avenida Cruzeiro do Sul, 260 – 6º andar – Canindé – São Paulo/SP – CEP: 03033-020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de 02 (dois) Gravadores de Voz para o Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O fornecedor que for pessoa física não empresária, ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.11.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

5.12. Na hipótese de que trata o § 1º do art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 2006, o fornecedor que for Microempreendedor Individual (MEI), ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.12.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,8% (oito décimos por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito (s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico dticslic@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. As sanções serão aplicadas em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02 de março de 2026, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): dticslic@policiamilitar.sp.gov.br ou por petição protocolada no seguinte endereço, Av. Cruzeiro do Sul, 260 – 6º andar – DTIC - Bairro Canindé, São Paulo/SP

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet “compras.gov.br”, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <http://doe.sp.gov.br>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Cópia da Resolução SSP-05/2026;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

São Paulo, na data da assinatura digital

BEATRIZ DE ASSIS BASTOS MORASSI

Subscritor de Edital

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BEATRIZ DE ASSIS BASTOS MORASSI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:36:38.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 4. ANEXO I - TR_180183_000159_2025.pdf (155.16 KB)
- Anexo II - 5. ANEXO I.1 - ETP_180183_000167_2025.pdf (158.92 KB)
- Anexo III - 6. ANEXO II - Contrato_licitacao_aquisicao_lei_14-133_ESP_08_04_26.pdf (730.38 KB)
- Anexo IV - 7. ANEXO III - Resolucao SSP-05-2026 - Sancoes.pdf (1.2 MB)
- Anexo V - 8. ANEXO IV - Modelo de Planilha de Proposta.pdf (654.69 KB)
- Anexo VI - 9. ANEXO V - Modelo de Declaracoes.pdf (86.35 KB)

Termo de Referência 159/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
159/2025	180183-ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	VALERIA CRISTINA DE OLIVEIRA MAGALHAES	05/05/2026 10:14 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00620245/2025-41

1. Condições gerais da contratação

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de 02 (dois) Gravadores de voz para o Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo - COPOM, instalados na Capital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ID Compras	ID BEC	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	UF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	383488	6430350	02	Gravador/ Reprodutor	Material	R\$	R\$

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura deste termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação;

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual

2. Fundamentação e descrição da necessidade

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000175/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 05/12/2025;

III) Id do item no PCA: 169;

IV) Classe/Grupo: 5836;

V) Identificador da Futura Contratação: 180183-32/2026

3. Descrição da solução como um todo

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os demais devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Nesta contratação teremos instalações elétricas e de tecnologia da informação que irão liberar restos de resíduos como: cabos, fios, conectores, etc. Estes resíduos devem ter os descarte adequado conforme o Guia Nacional de de Contratações Sustentáveis e as leis aplicáveis.

4.1.2. Assim, a CONTRATADA se responsabiliza pelo descarte apropriado dos resíduos oriundos desta contratação.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no Art.96 da Lei nº 14.133/21. Tal dispensa justifica-se tecnicamente pela natureza do objeto que envolve a entrega imediata de hardwares e a prestação de serviços de configuração de curto prazo, onde o risco à continuidade administrativa é mitigado pela garantia técnica de 12 (doze) meses já exigida pelo fabricante, tornando o ônus da garantia contratual desnecessário frente ao binômio custo-benefício para a Administração.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega;

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura do contrato;
- 5.1.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:
- 5.1.2.1. **Etapas 1** - Entrega dos gravadores: 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
- 5.1.2.2. **Etapas 2** - Serviço de instalação, calibração de sistema de gravação: 80 (oitenta) dias após a assinatura do contrato;
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Ribeiro de Lima, 158 - Bom Retiro - São Paulo - Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em horário restrito aos dias de expediente administrativo, no período das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- 5.5 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.6. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.8. As peças que apresentam vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo conforme tabela abaixo:

TIPO DE AVARIA	TEMPO PARA INÍCIO DO REPARO	TIPO DE ATENDIMENTO
Severidade S1	Em até 4 horas	Remoto ou local
Severidade S2	Em até 12 horas	Remoto ou local
Severidade S3	Agendado	Remoto ou local

- 5.9.1. Os acionamentos técnicos durante vigência do período de garantia obedecerão a seguinte classificação de severidade:
- 5.9.1.1. Severidade S1: Indisponibilidade total ou falha grave no Sistema de Gravação da Telefonia do Centro de Operações da PMESP (COPOM SP) interrompendo integralmente as gravações;
- 5.9.1.2. Severidade S2: Falha ou degradação parcial que impacte a qualidade, disponibilidade ou desempenho do sistema, incluindo as funcionalidades de inteligência artificial, sem interrupção total das gravações;
- 5.9.1.3. Severidade S3: Serviços Programados, como instalação, configuração, otimização, manutenção preventiva ou migração do sistema ou equipamentos, sem caráter emergencial.
- 5.9.2. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Rua Ribeiro de Lima, 158 - Bom Retiro - São Paulo - Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ou de modo remoto conforme subdivisão anterior.
- 5.10. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pela Contratante.

5.11. Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

Modelo de Gestão de Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que seja pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1 o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 o valor a pagar; e

7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento estará condicionado à apresentação de Nota Fiscal/Fatura, em nome da Polícia Militar do Estado de São Paulo, encaminhado em 02 (duas) vias, na qual deverá constar o número do contrato, nota de empenho e processo e obedecerão os seguintes critérios:

7.17.1. ETAPA 1: Serão efetuados os pagamentos referentes a entrega de hardwares e softwares (com todas as licenças que foram necessárias), conforme constante do projeto básico. Nesta etapa, estes itens serão pagos de forma integral, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato;

7.17.2. ETAPA 2: Serão efetuados os pagamentos referentes ao serviço de instalação e configuração do sistema de gravação, calibração e análise de negócios, que deverão ser concluídos em até 80 (oitenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

7.17.3. O prazo de pagamento dar-se-á embasado no princípio da Eficiência, o qual exige que o pagamento só ocorra após a plena certeza de que o interesse Público foi satisfeito, evitando danos ao erário por pagamento de serviços incompletos ou defeituosos;

7.17.4. Pelo exposto, a fixação de prazo de pagamento em "ETAPA 1: 45 (quarenta e cinco) dias, ETAPA 2: 80 (oitenta) dias após a data de assinatura do contrato", é medida proporcional e necessária. Tal dilação não configura desvantagem injustificada ao licitante, mas sim garantia de que o ciclo da despesa pública respeitará os critérios de qualidade e conformidade técnica exigidos pelo edital.

7.17.5. No caso de atraso nas ETAPAS, a Contratada deverá cientificar a Contratante de forma formal, por escrito, sendo portanto estabelecido novas datas para quitação do pagamento das respectivas ETAPAS.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.18.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/ Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.24.1.1 Comprovação que o Contratado já forneceu e instalou equipamentos similares;

8.24.1.2. Comprovação de qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme Art.67 Inciso III da Lei 14.133/21.

8.24.1.3. Declaração de Certificação que o objeto é homologado pela empresa MITEL, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar.

8.24.1.3.1. A exigência de homologação pelo fabricante MITEL é indispensável para assegurar a integridade da cadeia de custódia e a preservação total dos metadados das gravações. A mera compatibilidade sistêmica não é suficiente para atender à demanda de segurança estatal, visto que apenas a integração homologada garante a auditabilidade e a não violação das comunicações sensíveis do COPOM SP.

8.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados executados de forma concomitante; no mínimo 02 (dois).

8.24.2.1. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, é necessário o licitante demonstrar que executou o fornecimento, instalação e configuração de sistema de gravação e reprodução de voz com capacidade mínima de 50% (cinquenta por cento), ou seja, de 185 canais simultâneos dos 370 canais previsto neste projeto, afim de garantir a instabilidade operacional de um ambiente crítico e em estrita observância ao princípio da razoabilidade.

8.25. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.26. Tratando-se de consórcio:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;

- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.29.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.29.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.29.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.30. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.30.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.6. A última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021 o qual define que desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, em razão da oportunidade, conveniência e da supremacia do interesse público, não será publicada a estimativa do valor da contratação a fim de permitir uma disputa mais ampla por parte dos licitantes interessados e, por conseguinte poderá gerar valores mais vantajosos nas negociações.]

10. Adequação orçamentária

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

II) Fonte de Recursos: Tesouro Geral, conta 150010001;

III) Programa de Trabalho: PTRES Administração PM 180402;

IV) Elemento de Despesa: 449052

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos(s) exercícios(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FILIPPE OLIVEIRA NOBREGA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:14:06.

LETICIA TAIS LEITE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:07:26.

VALERIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:00:49.

ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

Estudo Técnico Preliminar 167/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00620245/2025-41

2. Descrição da necessidade

2.1. O estudo tem como objetivo a aquisição de 02 gravadores de voz para o Centro de Operações da Polícia Militar em São Paulo (COPOM SP). Os gravadores em uso atualmente no serviço emergencial 190 possuem instalação datada de 2014, com uso efetivo de 24 horas por dia, 7 dias por semana, caracterizado por um sistema de extrema complexidade e risco, uma vez que estes equipamentos já se encontram em situações de obsolescência de hardware e software, os impossibilitando de executar as novas tecnologias de inteligência artificial para atendimentos de emergência, uma demanda crescente no atual cenário da segurança pública, e totalmente alinhada com os objetivos estratégicos da PMESP delineados no Plano de Comando 2024-2031.

2.2. No atual estado de operação, os gravadores atuais representam grande risco operacional ao COPOM SP, pois a possível perda de gravações das chamadas 190 impactam nas diversas requisições judiciais para fundamentação de processos. O hardware encontra-se defasado há mais de 10 (dez) anos quando comparado ao que há de mais moderno, e utilizam sistemas operacionais que hoje se encontram sem atualização ou suporte dos fabricantes, acarretando consequentemente em vulnerabilidades de segurança graves, expondo os dados aos mais diversos riscos de vazamento.

2.3. A aquisição de um novo sistema de gravação, equipado com novas tecnologias de inteligência artificial (IA) e requisitos de segurança mais robustos, é de extrema importância para garantir não só a continuidade das gravações das chamadas 190, mas também para proporcionar celeridade na operação e identificação de padrões durante o atendimento, agilizando o despacho das unidades operacionais para atendimento de ocorrência, e desafogando a fila de chamadas do serviço 190, proporcionando um serviço de excelência ao cidadão em seus momentos de maior dificuldade.

2.4. Além de fornecer acesso ao que há de mais avançado em tecnologia de IA, com novas funcionalidades a serem implementadas, o hardware mais moderno permitirá a expansão de suas capacidades operacionais futuramente, além de estar licenciado com uma versão mais moderna do sistema operacional, garantindo atualizações e maior segurança ao ambiente tecnológico da PMESP.

2.5. Cabe salientar que o efetivo do COPOM destina uma parcela significativa do seu efetivo somente para gerenciar as gravações e requisições judiciais, realizando a transcrição dos áudios de forma totalmente manual, o que leva em média 4 horas de trabalho para ser entregue. Com o novo sistema, esta transcrição deverá ocorrer de forma automática, minutos pós o encerramento das chamadas, permitindo a liberação deste efetivo para emprego em outras atividades de relevância estratégica para a PMESP.

2.6. Não obstante, com o novo sistema, os valores dispensados pela DTIC para o pagamento de correções, intervenções e manutenções que envolvem engenheiros e técnicos especializados contratados não existirá ao longo dos 12 (doze) meses de garantia desta contratação, resultando em economia aos cofres públicos.

2.7. A inteligência artificial, tecnologia que revolucionou o mundo e continua superando expectativas a cada dia, também deve ser utilizada a favor da população e contra o crime, colocando a PMESP como pioneira em utilização avançada de IA, tal como ocorreu quando da implantação da solução de IA chamada Mike, para atendimento de ocorrências de barulho e alarme disparado e que brilhantemente já atendeu mais de 1.5 Milhão de chamadas.

2.8. Todas essas ferramentas de inteligência em nosso Centro de Operações colocam a Polícia Militar do Estado de São Paulo à vanguarda da tecnologia aplicada a segurança pública, sedimentando o 190 como principal suporte ao cidadão em momentos de dificuldade, e permitindo que as ações de policiamento e garantia da ordem pública sejam executadas cada vez mais rápidas, e cada vez mais com maior assertividade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção de critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

4.2. A aquisição será destinada para o COPOM SÃO PAULO, situado na Rua Ribeiro de Lima, 158, Bom Retiro, São Paulo.

4.3. Os interessados em participar do certamente, deverão cumprir as normativas estabelecidas em edital a fim de garantir a salvaguarda e segurança da informação do ambiente tecnológico do Centro de Operações da Polícia Militar.

4.4. A realização de vistoria técnica prévia possui caráter **facultativo**, nos termos do Art. 63, § 2º da Lei nº 14.133/2021. Dada a extrema complexidade técnica da integração com os sistemas legados (Mitel/MX-One e sistema "Mike"). O licitante que optar pela não realização da vistoria deverá declarar pleno conhecimento das condições locais, assumindo integralmente o risco por propostas inexequíveis ou erros de instalação que venham a comprometer a continuidade do serviço de emergência 190, conforme faculta o Art. 63, § 3º da Lei nº 14.133/21.

4.5. A ausência de verificação in loco não poderá ser utilizada como escusa para futuros aditamentos ou falhas na prestação do serviço 190, sendo responsabilidade do licitante garantir a compatibilidade de sua proposta com o cenário operacional do COPOM.

4.6. Caso o licitante opta por realizar a vistoria técnica prévia, esta deverá ser agendada com a Administração, a qual disponibilizará data e horário diferentes para as empresas interessadas, conforme estabelece o Art.63, § 4º da Lei nº 14.133/21.

4.7. A empresa contratada, deverá apresentar documentação apropriada para garantir ser capaz de atender em sua essência o Termo de Referência ser publicado.

4.8. A contratada deverá juntar cópia do descritivo técnico do fabricante, devendo constar modelo informada, em língua portuguesa. Garantindo que o produto a ser entregue possui total compatibilidade com os requisitos apresentados.

4.9. O departamento de Comunicação e Infraestrutura reserva-se ao direito de abrir diligência junto aos fabricantes ou seus representantes oficiais no Brasil para confirmação do número de série dos equipamentos a serem fornecidos.

4.10. O objeto oferecido deverá ser compatível com a atual estrutura tecnológica do COPOM SP, conectando-se a inteligência artificial da PMESP denominada Mike, central de telefonia marca MITEL, modelo MX-ONE, e o sistema de contact center MCC (Mi Contact Center), também da MITEL.

4.11. A exigência de compatibilidade e/ou homologação junto ao fabricante da central telefônica MITEL, modelo MX-ONE, justifica-se pela necessidade de preservação da integridade da cadeia de custódia das gravações, bem como pela garantia de manutenção dos metadados originais, imprescindíveis à utilização das gravações como prova em processos judiciais e administrativos.

4.11.1. Ressalta-se que a mera compatibilidade técnica não é suficiente para assegurar a interoperabilidade segura com os sistemas legados do COPOM, especialmente quanto à integridade, autenticidade e rastreabilidade das gravações, sendo indispensável a validação pelo fabricante da solução atualmente em operação.

4.11.2. Deve-se enfatizar que o sistema Mike IA e a Central Telefônica operam dados sensíveis de segurança pública, e a homologação MITEL é o único meio de evitar "incerteza na compatibilidade".

4.12. O pregão deverá obedecer ao valor global de contratação, conforme razões expostas a seguir neste documento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O presente levantamento de mercado foi elaborado em atendimento ao disposto no Art. 18, § 1º, inciso V da Lei nº 14.133/21, que determina a realização de levantamento de mercado como etapa obrigatória do Estudo Técnico Preliminar, Art. 5º, inciso III do Decreto Estadual nº 68.017/23, que define o levantamento de mercado como análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da solução escolhida e Art. 23 da Nova Lei de Licitações e Contratos, quanto à compatibilidade dos preços estimados com os valores praticados no mercado.

5.2. Diante das necessidades apresentadas, o atendimento ao objeto deste estudo exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.3. Para tanto, o objetivo da pesquisa foi identificar soluções disponíveis no mercado aptas a atender às necessidades do COPOM/SP, avaliar formas de suprimento da necessidade (aquisição ou locação), realizar análise técnica e econômica comparativa entre as alternativas identificadas e subsidiar a decisão administrativa quanto à solução mais vantajosa, nos termos do princípio do interesse público e da economicidade.

5.4. O levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisa de preços no mercado privado especializado e análise técnica e econômica das soluções disponíveis.

5.5. Análise Técnica e Econômica:

5.5.1. Após pesquisa, foram identificadas duas alternativas viáveis para atendimento da necessidade:

5.5.1.1. **Aquisição de equipamentos novos:** que consiste na compra definitiva dos gravadores de voz, com incorporação ao patrimônio da Administração.

5.5.1.2. **Locação de equipamentos:** que consiste na contratação de serviço de locação, com disponibilização dos equipamentos por período determinado.

5.5.2. Conforme o Art. 18, § 1º, inciso IX da Lei nº 14.133/21, é necessária a análise do ciclo de vida do objeto.

5.5.2.1. A tabela abaixo, demonstra a **Análise Técnica** entre as opções:

CRITÉRIO	AQUISIÇÃO (CAPEX)	LOCAÇÃO/SERVIÇO (OPEX/HaaS)
Continuidade Operacional	Alta	Média
Autonomia administrativa	Alta	Baixa
Adequação a uso permanente	Alta	Média
Risco de descontinuidade	Baixo	Médio
Compatibilidade com uso crítico	Alta	Média

5.5.2.1.1. Levando-se em consideração o fato do COPOM/SP operar em regime ininterrupto (24X7), com uso contínuo e crítico do equipamento, soluções dependentes de contratos recorrentes e passíveis de interrupção, não são aconselháveis.

5.5.2.2. Já a **Análise Econômica** realizada na tabela abaixo demonstra que, considerando o custo total do ciclo de vida da solução, pode-se observar:

DESCRIÇÃO	LOCAÇÃO	AQUISIÇÃO
02 Gravadores com transcrição analítica com capacidade para 370 canais digitais	R\$ 221.549,00/ mês	R\$ 4.609.065,33
Serviço de instalação, calibração e configuração de sistema de gravação		R\$ 573.228,00
TOTAL	R\$ 221.549,00	R\$ 5.182.293,33
Custo total no prazo de 36 meses	R\$ 7.975.764,00	Não haverá necessidade de custos adicionais.

5.5.2.2.1. A locação apresenta menor desembolso inicial, porém custo acumulado maior no prazo superior a 36 meses, tornando benéfica a aquisição a médio e longo prazo.

5.2.2.2.1.1. Tendo em vista que na modalidade de locação, haverá a necessidade de recontração posterior aos 36 meses, a opção locação se tornará um serviço contínuo, o que gerará altos custos para a Administração Pública.

5.2.2.2.1.2. Já no caso da contratação de forma "aquisição", após o prazo de 12 (doze) meses de garantia do objeto, o serviço de assistência e manutenção dos equipamentos serão realizados pelo suporte técnico de telefonia, o qual já presta tal assistência ao atual gravador, não havendo custo adicional.

5.5.2.2.2. Portanto, a aquisição apresenta melhor relação custo-benefício, sobretudo quando considerados a vida útil do equipamento, a ausência de pagamentos recorrentes e a possibilidade de manutenção corretiva pontual.

5.5.3. A tabela abaixo apresenta as vantagens e as desvantagens entre as opções:

CRITÉRIO	VANTAGEM	DESvantAGEM
	<ul style="list-style-type: none">Menor custo total ao longo do ciclo de vida.Autonomia administrativa.	

Aquisição	<ul style="list-style-type: none">• Maior segurança operacional.• Adequação ao uso contínuo e crítico do COPOM.	<ul style="list-style-type: none">• Maior desembolso inicial
Locação	<ul style="list-style-type: none">• Menor desembolso inicial.• Possibilidade de suporte técnico incluído.	<ul style="list-style-type: none">• Custo global superior no médio e longo prazo.• Dependência contratual contínua.• Não incorporação ao patrimônio público

5.5.4. Considerando a natureza permanente da necessidade, o regime de funcionamento do COPOM e o custo total do ciclo de vida, a análise técnica e econômica demonstra que a aquisição integrada (hardware, software e serviços) de um mesmo fornecedor reduz custos indiretos relacionados à interoperabilidade e bitributação.

5.5.5. **Portanto, a aquisição direta apresenta-se como a solução mais vantajosa**, nos termos do Art. 11 da Lei nº 14.133/21.

5.6. Justificativa da Escolha da Solução:

5.6.1. A escolha pela aquisição de 02 (dois) gravadores de voz de alta performance, incluindo licenças de software, ferramentas analíticas e serviços de calibração, fundamenta-se nos critérios de eficiência operacional, segurança jurídica e vantajosidade econômica, conforme detalhado abaixo:

5.6.1.1. Necessidade Técnica e Operacional: O Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) opera com regime de missão crítica (24x7x365). O sistema atual, datada de 2014, apresenta obsolescência tecnológica severa, elevando o risco de perda de registros de chamadas de emergência- essenciais para auditorias judiciais e inteligência policial. A solução escolhida não apenas repõe o hardware, mas introduz analíticos de voz como o "Speech Analytcs", função esta que permite a identificação automatizada de padrões de atendimento e palavras-chave, conferindo celeridade à resposta operacional e garantindo o cumprimento dos protocolos de atendimento ao cidadão.

5.6.1.2. Análise da Vantajosidade (Aquisição x Locação): A aquisição mostra-se superior para o caso concreto da PMESP devido à :

5.6.1.2.1. Soberania de Dados: a propriedade dos ativos e licenças permanentes garante que o Estado mantenha o controle total sobre os dados sensíveis da segurança pública, mesmo após o término de eventuais contratos de manutenção.

5.6.1.2.2. Ciclo de Vida Útil: considerando que os equipamentos atuais operaram por mais de 10 anos, a diluição do custo de aquisição ao longo da vida útil estimada do novo hardware resulta em um custo anual inferior ao de uma locação continuada.

5.6.1.2.3. Integração de Sistemas: a aquisição permite uma customização mais profunda e integração nativa com a infraestrutura de rádio e telefonia já existente, sem a dependência tecnológica típica de modelos de serviços fechados.

5.6.1.2.4. Alinhamento Normativo: A solução está em estrita consonância com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21, que exige a busca pela solução que melhor atenda ao interesse público sob a ótica do ciclo de vida do objeto. Da mesma forma, atendo aos requisitos de planejamento do Decreto Estadual nº 68.017/23, garantindo que a contratação não seja apenas uma compra de prateleira, mas uma solução integrada de hardware, software e serviços de calibração (400 horas de consultoria de negócio), essencial para a maturidade do sistema de gravação.

5.6.2. Deve-se enfatizar que o sistema Mike IA e a central telefônica operam dados sensíveis de segurança pública, e a homologação MITEL é o único meio de evitar "incerteza na compatibilidade", conforme já apontado no item 6.1.8.4. deste ETP.

5.6.3. A exigência de homologação pela empresa MITEL não se trata de preferência de marca, mas de requisito de segurança estatal indispensável para a integridade da cadeia de custódia e preservação de metadados das comunicações do serviço 190. Conforme demonstrado tecnicamente, a mera compatibilidade sistêmica é insuficiente, pois apenas a homologação garante a auditabilidade dos fluxos de mídia e a eliminação de incertezas operacionais que poderiam comprometer provas judiciais e a continuidade do atendimento de emergência à população.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. DO OBJETO

6.1.1. O presente Projeto Básico tem por objetivo a aquisição de 02 (dois) gravadores de voz para o Centro de Operações da Polícia Militar em São Paulo (COPOM SP), com a finalidade de substituir os atuais equipamentos em operação, uma vez que estes já se encontram em situação de obsolescência de hardware e software, os impossibilitando de executar as novas tecnologias de inteligência artificial para atendimentos de emergência, uma demanda crescente no atual cenário da segurança pública, e totalmente alinhada com os objetivos estratégicos da PMESP delineados no Plano de Comando 2024-2031;

- 6.1.2. A aquisição do equipamento engloba o fornecimento de hardware, software e todas as licenças necessárias para o correto funcionamento, com capacidade para 370 usuários de gravação, 370 usuários de transcrição, sistema de inteligência artificial (IA) com speech analytics, motor de busca interno das chamadas, e também serviços de instalação, configuração, integração, customização, calibração e análise de negócios. O armazenamento das informações será de responsabilidade da DTIC;
- 6.1.3. Os sistemas deverão ser entregues e instalados no Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no endereço Rua Ribeiro de Lima, 158, Bom Retiro, São Paulo – SP, no horário das 09:00 às 17:00;
- 6.1.4. A empresa vencedora deverá prover garantia de todo o sistema, inclusive peças (hardware) e sistema operacional (software), devendo cobrir os defeitos de fabricação, por 12 (doze) meses a contar do seu recebimento definitivo, incluindo-se durante este período a manutenção dos equipamentos (troca de peças e componentes de quaisquer espécies) e a execução dos serviços de reparação que os afetarem;
- 6.1.5. A empresa deverá juntar cópia do Termo ou Certificado de Garantia, quando da entrega das peças;
- 6.1.6. A empresa vencedora deverá juntar cópia do descritivo técnico do fabricante e manual de operação, em língua portuguesa, garantindo que o produto a ser entregue possui total compatibilidade com os requisitos apresentados.

6.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

6.2.1. Do Hardware

- 6.2.1.1. O sistema a ser fornecido deverá ser instalado no Data Center da PMESP de forma física (on-premises), não sendo admitidos sistemas baseados em nuvem, evitando a exposição de dados sensíveis à rede mundial;
- 6.2.1.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitido o fornecimento de equipamentos usados;
- 6.2.1.3. Deverão ser fornecidos 2 (dois) gravadores, a fim de garantir o funcionamento deste Centro de Operações;
- 6.2.1.4. Os hardwares para o sistema de gravação fornecido, deverão possuir, no mínimo, as características da tabela abaixo:

Hardware	
Tipo:	Requisito Mínimo:
Processador	8 Núcleos, 12 Thrends, > 3.0 GHz Clock
Memória RAM	32 GB RAM
Disco	1 TB Sistema Operacional 10 TB Armazenamento Interno/Cache
Sistema Operacional	Windows Server 2022

- 6.2.1.5. O hardware para o sistema de analíticos fornecido, deverá possuir, no mínimo, as características da tabela abaixo:

Hardware	
Tipo:	Requisito Mínimo:
Processador	24 Núcleos, 32 Thrends, > 5.0 GHz Clock
Memória RAM	64 GB RAM

Disco	1 TB Sistema Operacional 4 TB Armazenamento Interno/Cache
Sistema Operacional	Linux
GPU	16.384 CUDA-CORE / 24 GB vRAM (ou superior)

6.2.1.6. Os gravadores a serem fornecidos deverão ser entregues com canais de gravação digital, a fim de gravar os ramais digitais atualmente instalados no COPOM SP;

6.2.1.7. O sistema deverá suportar a migração das atuais licenças de gravação de canais digitais para canais SIP/IP, sem a necessidade de substituição de hardware, bastando a aquisição de novas licenças por parte da CONTRATANTE futuramente;

6.2.1.8. O sistema deverá ser homologado pela empresa MITEL, fabricante da central telefônica utilizada pela PMESP, modelo MX-ONE, na versão 7.x. ou posterior.

6.1.8.1. Considerando que o ambiente envolve gravação de comunicações sensíveis, é imprescindível assegurar que:

6.1.8.1.1. Eventos de início e término de chamadas sejam corretamente capturados;

6.1.8.1.2. Os Metadados (ramal, data, horário, identificadores) sejam íntegros;

6.1.8.1.3. Não haja perda parcial ou truncamento de gravações;

6.1.8.1.4. A cadeia de custódia digital seja preservada.

6.1.8.2. Para tanto, o gravador precisa suportar uma série de integrações com a Central Telefônica, que por operar com a solução contact center MiCC (Mitel Contact Center), requerem a aprovação da fabricante através do programa MSA (Mitel Solution Alliance).

6.1.8.3. A homologação valida que a captura de eventos e fluxos de mídia ocorre de forma consistente e auditável, reduzindo riscos jurídicos e operacionais.

6.1.8.4. A não homologação do equipamento junto a fabricante da Central Telefônica implicará em incerteza na compatibilidade do gravador com o sistema de telefonia já implementado e operacional da PMESP.

6.2.2. Das funcionalidades de transcrição

6.2.2.1. A CONTRATADA deverá prever serviços de integração com a solução de Inteligência Artificial atualmente instalada na Polícia Militar, denominada "MIKE IA", uma vez que será necessário gravar todas as chamadas atendidas por esta solução, além de ser capaz de realizar a análise dos dados e áudios produzidos por ela por meio de seu sistema de analíticos;

6.2.2.2. Realizar a análise e emitir relatórios de acurácia na transcrição das palavras (taxa média de acertos);

6.2.2.3. Realizar a transcrição de voz para texto em português e em inglês;

6.2.2.4. O sistema de transcrição deve fazer o processo de diarização, que irá separar os interlocutores da conversa;

6.2.2.5. O sistema deverá identificar qual lado da conversa é o agente/operador da PMESP e qual lado é o solicitante;

6.2.2.5.1. Cada linha do diálogo deverá identificar a data e hora que foi falada;

6.2.2.6. O sistema de transcrição deverá permitir a melhoria dos modelos para a inclusão de regionalismos e jargões particulares a área de negócio da operação;

6.2.2.7. A ferramenta de transcrição deverá ser compatível com todos os sistemas de gravação disponíveis no ambiente, como Hicorder, Asterix, Vox, Nice, Verint, Redbox, entre outros;

6.2.2.8. O sistema de transcrição deverá ser dimensionado para atender todos os canais de gravação sem limite de horas;

6.2.2.9. O sistema deverá classificar palavras quanto a sua categoria gramatical (análise morfossintática), como pessoa, objeto, lugar, tempo, dentre outras, e também identificar e categorizar as palavras com base em sua função na frase e em suas características linguísticas, como substantivos, verbos, adjetivos, advérbios, preposições, pronomes, dentre outros.

6.2.3. Da análise de sentimento

6.2.3.1. A análise de sentimento é uma técnica que avalia e classifica as opiniões expressas em um texto como positivas, negativas ou neutras, por exemplo. Quando aplicada a um atendimento transcrito, ela pode determinar se cada sentença ou trecho do texto carrega um sentimento positivo, negativo ou neutro. Além disso, a análise de sentimento pode calcular o sentimento predominante em todo o atendimento, ou seja, se o atendimento como um todo é geralmente positivo, negativo ou neutro;

6.2.3.2. O sistema deverá classificar o sentimento de cada sentença transcrita e identificar também o sentimento predominante do atendimento;

6.2.3.3. Deverá analisar o contexto e o conteúdo das sentenças e determinar automaticamente a intenção por trás delas, sem a necessidade de instruções explícitas do usuário.

6.2.4. Da análise e processamento do conteúdo

6.2.4.1. Realizar a análise do conteúdo de um atendimento, como texto ou conversa, para identificar automaticamente os tópicos ou assuntos mais relevantes e predominantes abordados nesse atendimento, sem a necessidade de intervenção manual;

6.2.4.2. Para cada atendimento, identificar os tópicos mais importantes compostos por 2-grams e 3-grams;

6.2.4.3. Deverá gerar o resumo de cada atendimento e fazer a análise do conteúdo de uma transcrição ou texto e a criação de um resumo conciso e informativo que destaque os pontos-chave e as informações mais relevantes;

6.2.4.4. Será utilizada para simplificar atendimentos longos, tornando-os mais acessíveis e economizando tempo para os leitores;

6.2.4.5. O texto transcrito deve possuir acentuação e letras maiúsculas nos lugares corretos;

6.2.4.6. A transcrição deve ser gerada com pontuação correta para facilitar a leitura e o entendimento;

6.2.4.7. Possibilitar a análise automática das interações entre operador/usuário e as chamadas recebidas/efetuadas;

6.2.4.8. Possibilitar análise acústica do áudio;

6.2.4.9. Possibilitar a criação de regras de negócios para gerar insights e identificação de problemas;

6.2.4.10. Possibilitar análise automática do operador/usuário e possibilitar a geração de relatórios automáticos sem a interação humana;

6.2.4.11. Possibilitar a identificação de linguagens impróprias;

6.2.4.12. Possibilitar a identificação de tempo de espera e silêncio;

6.2.4.13. Possibilitar o armazenamento das transcrições de áudios do sistema de gravação para efetuar análises sob demanda do cliente;

6.2.4.14. Possibilitar a detecção de alteração do tom de voz na ligação e emitir alertas;

6.2.4.15. Possibilitar categorização e marcação automática das gravações;

6.2.4.16. Possibilitar a identificação do operador/usuário pela biometria de voz;

6.2.4.17. Possibilitar interações com metadados (chats, e-mails, aplicativos de mensagens e pesquisas);

6.2.4.18. Possibilitar o processamento dos dados de acordo com as regras de negócios definidas pelo cliente;

6.2.4.19. Possuir análise para acurácia na identificação de momentos de stress;

6.2.4.20. Possuir análise/relatórios para acurácia na identificação do motivo de chamada;

6.2.4.21. Possuir análise para acurácia na identificação de vocabulário positivo/negativo;

6.2.4.22. Possuir análise/relatórios para acurácia de categoria criada versus qualidade de transcrição;

6.2.4.23. Possuir categorização automática;

6.2.4.24. Possuir criação de categorias.

6.2.5. Monitoramento e Dashboards

- 6.2.5.1. Deverá possuir Dashboad com a nuvem de palavras;
- 6.2.5.2. Deverá possuir Dashboards para acompanhamento dos indicadores;
- 6.2.5.3. Deverá possuir sistema de avaliação e classificação das chamadas por ramal/operador (Quality Monitor);
- 6.2.5.4. Deve possuir Dashboards com os seguintes indicadores:
 - 6.2.5.4.1. Tempo médio de atendimento;
 - 6.2.5.4.2. Tempo total de atendimento;
 - 6.2.5.4.3. Tempo médio de silêncio;
 - 6.2.5.4.4. Tempo total de silêncio;
 - 6.2.5.4.5. Percentual de Silêncio com relação ao tempo médio de atendimento;
 - 6.2.5.4.6. Tempo médio de silêncio por dia;
 - 6.2.5.4.7. Nuvem de palavras dos principais assuntos;
 - 6.2.5.4.8. Nuvem de palavras por categoria;
 - 6.2.5.4.9. Sentimento predominante da operação;
 - 6.2.5.4.10. Total de atendimentos por categoria;
 - 6.2.5.4.11. Total de atendimentos por assunto principal dos atendimentos;
 - 6.2.5.4.12. Identificação de assuntos primários e secundários;
 - 6.2.5.4.13. Agrupamento de categorias;
 - 6.2.5.4.14. Gráfico de tendências;
 - 6.2.5.4.15. Mapa de calor de total de atendimentos por hora e dia da semana;
 - 6.2.5.4.16. Média de interações por dia;
 - 6.2.5.4.17. Média diária de atendimentos por agente;
 - 6.2.5.4.18. Duração média por hora do dia;
 - 6.2.5.4.19. Total de atendimentos por faixa de duração;
 - 6.2.5.4.20. Ranking de operadores;
 - 6.2.5.4.21. Operadores com maior quantidade de atendimentos;
 - 6.2.5.4.22. Operadores com menor quantidade de atendimentos;
 - 6.2.5.4.23. Operadores com maior tempo médio de atendimento;
 - 6.2.5.4.24. Operadores com menor tempo médio de atendimento;
 - 6.2.5.4.25. Operadores com maior tempo médio de silêncio;
 - 6.2.5.4.26. Operadores com menor tempo médio de silêncio;
 - 6.2.5.4.27. Total de atendimentos por direção (ligações de entrada X saída);
 - 6.2.5.4.28. Total de contatos pelo menos número;
 - 6.2.5.4.29. Tempo médio de fala entre (operador e cliente);
 - 6.2.5.4.30. Cross Talk / Sobreposição de voz;

- 6.2.5.4.31. Intersecção de categorias (Diagrama de Venn);
- 6.2.5.5. Dashboards e relatórios com os seguintes filtros:
 - 6.2.5.5.1. Período inicial e final;
 - 6.2.5.5.2. Filtro por operação, uma ou mais operações;
 - 6.2.5.5.3. Filtro por palavra-chave (uma ou mais, separadas por vírgula);
 - 6.2.5.5.4. Filtro pelo número de A e B;
 - 6.2.5.5.5. Filtro por duração mínima;
 - 6.2.5.5.6. Filtro por percentual de silêncio dos atendimentos;
 - 6.2.5.5.7. Filtro por quantidade mínima de interações do mesmo contato;
 - 6.2.5.5.8. Filtro por quantidade máxima de interações do mesmo contato;
 - 6.2.5.5.9. Filtro por quantidade mínima de dias trabalhado do agente;
 - 6.2.5.5.10. Filtro por crosstalk (somente atendimentos que houve crosstalk);
 - 6.2.5.5.11. Filtro por sentimento;
 - 6.2.5.5.12. Filtro por região (DDD);
 - 6.2.5.5.13. Filtro por categoria do analytics;
 - 6.2.5.5.14. Filtro por atendimentos não categorizados;
 - 6.2.5.5.15. Filtro por atendimentos que não se enquadraram em determinadas categorias do analytics;
 - 6.2.5.5.16. Filtro por grupos de categorias / categorias agregadas;
- 6.2.5.6. Deve possuir Dashboards configuráveis;
 - 6.2.5.6.1. Indicadores devem poder ser adicionados com controles de “arrasta-e-solta”;
 - 6.2.5.6.2. Devem permitir o redimensionamento dos indicadores;
 - 6.2.5.6.3. Devem permitir o acompanhamento em tempo real com a atualização automática do Dashboard;
 - 6.2.5.6.4. Devem permitir a visualização de um período pré-determinado;
 - 6.2.5.6.5. Devem possuir controle de acesso para que cada área usuária tenha seus próprios Dashboards e uma área não interfira na outra;
 - 6.2.5.6.6. Deve possuir controle de acesso para que determinados usuários não possam editar os Dashboards;
 - 6.2.5.6.7. Deve possuir controle de acesso para que determinados usuários possam editar os Dashboards;
 - 6.2.5.6.8. Deve possuir relatórios com os filtros listados no item anterior;
 - 6.2.5.6.9. Relatório de desempenho de agentes com:
 - 6.2.5.6.9.1. Agente;
 - 6.2.5.6.9.2. Quantidade de atendimentos no período;
 - 6.2.5.6.9.3. Tempo médio de atendimento;
 - 6.2.5.6.9.4. Tempo médio de fala;
 - 6.2.5.6.9.5. Tempo médio de silêncio;
 - 6.2.5.6.9.6. Quantidade de dias trabalhados no período;
 - 6.2.5.6.9.7. Relatório de Log de acesso, ele listará itens como;

- 6.2.5.6.9.7.1. Qual usuário acessou o sistema;
- 6.2.5.6.9.7.2. Qual usuário acessou determinado atendimento;
- 6.2.5.6.9.7.3. Usuário que mais acessa o sistema;
- 6.2.5.6.9.7.4. Qual recurso mais utilizado do sistema;
- 6.2.5.6.9.7.5. Relatório de listagem de atendimentos;
- 6.2.5.6.9.7.6. Nuvem de Palavras;
- 6.2.5.6.9.7.7. Análise de Tendência;
- 6.2.5.6.9.7.8. Relatório de Análise de Silêncio;
- 6.2.5.6.9.7.9. Relatório de Análise de Jornada dos Atendimentos;
- 6.2.5.6.9.7.10. Possuir análise/relatórios para tempo total de chamada, de atendimento e tempo de espera;
- 6.2.5.6.9.7.11. Possuir análise/relatórios para tempo do Lado A falando; tempo do Lado B falando e tempo de silêncio mútuo;
- 6.2.5.6.9.7.12. Possuir análise/relatórios para número de interrupções provocadas pelo Lado B e provocadas pelo Lado A;
- 6.2.5.6.9.7.13. Possuir análise/relatórios para identificação dos interlocutores;
- 6.2.5.7. Permitir a localização e ordenamento dos atendimentos por diversos critérios de busca e suas combinações: data, hora, ramal, agente, código do cliente, duração, direção da chamada (entrada/saída), PA, identificação da chamada, marcações feitas pelo supervisor e pelo agente, número de A, por foto do usuário e ou Login, palavras-chaves, categorias;
- 6.2.5.8. Pesquisa das gravações através das palavras identificadas nas transcrições;
- 6.2.5.9. Ao pesquisar um termo, ou conjunto de termos, o sistema deverá retornar todas as gravações que possuem as palavras pesquisadas;
- 6.2.5.10. Após uma busca exibir o total de registros encontrados, mesmo que esse total não seja listado em sua totalidade;
- 6.2.5.11. Para cada atendimento listado, exibir um resumo ou trecho inicial transcrito ou trecho relacionado a palavra pesquisada;
- 6.2.5.12. Pesquisa das gravações através das palavras identificadas nas transcrições;
- 6.2.5.13. Ao pesquisar um termo, ou conjunto de termos, o sistema deverá retornar todas as gravações que possuem as palavras pesquisadas;
- 6.2.5.14. Possuir pelo menos os filtros:
 - 6.2.5.14.1. Período inicial e final;
 - 6.2.5.14.2. Filtro por operação, uma ou mais operações;
 - 6.2.5.14.3. Filtro por palavra-chave (uma ou mais, separadas por vírgula);
 - 6.2.5.14.4. Filtro pelo número de A e B;
 - 6.2.5.14.5. Filtro por duração mínima;
 - 6.2.5.14.6. Filtro por percentual de silêncio dos atendimentos;
 - 6.2.5.14.7. Filtro por código de operador;
 - 6.2.5.14.8. Filtro por nome ou parte do nome do operador;
 - 6.2.5.14.9. Filtro por intervalo de hora do dia;
 - 6.2.5.14.10. Filtro por direção (entrada ou saída);
 - 6.2.5.14.11. Filtro por CrossTalk (Quando ocorre a sobreposição de fala entre agente e cliente);
 - 6.2.5.14.12. Filtro de atendimentos com ou sem transcrição;

6.2.5.14.13. Filtro por quantidade máxima de contatos do mesmo número;

6.2.5.14.14. Filtro por quantidade mínima de contatos do mesmo número;

6.2.5.14.15. Filtro de atendimentos sem categorias;

6.2.5.14.16. Filtro de atendimentos com determinadas categorias;

6.2.5.14.17. Filtro de atendimentos com pelo menos uma das categorias selecionadas;

6.2.5.15. Deve permitir drill-up, ou seja, a partir do resultado da pesquisa ver um resultado consolidado, a partir de uma pesquisa que retornou registros, ter a possibilidade de ver os dados consolidados desses itens em um Dashboard.

6.2.6. Do player de áudio

6.2.6.1. O Player de áudio deve ser compatível com navegadores Chrome, Firefox, Edge, Opera e Safari;

6.2.6.2. Não deve exigir a instalação de nenhum plugin ou codec adicional para execução das mídias;

6.2.6.3. Deve exibir de forma sincronizada o áudio e a transcrição, destacando as palavras que estão sendo faladas no áudio enquanto ele está sendo reproduzido;

6.2.6.4. Deve permitir o download do áudio obedecendo as permissões de acesso a esse recurso configuradas no sistema;

6.2.6.5. Deve permitir o download das transcrições em formato de texto com identificação de data, hora e interlocutor para cada linha do diálogo;

6.2.6.6. Deve exibir a identificação do interlocutor da conversa, sendo "operador" para as falas do agente/operador da PMESP, e "solicitante" para a pessoa na outra ponta da chamada;

6.2.6.6.1. O sistema deverá possibilitar à CONTRATANTE alterar as denominações utilizadas para os interlocutores;

6.2.6.7. Em cada linha do diálogo exibir as categorias identificadas;

6.2.6.8. Em cada linha do diálogo exibir o sentimento identificado (por exemplo: positivo, negativo, neutro);

6.2.6.9. Deverá reproduzir vídeos no player caso a conversa possua a gravação de tela. O vídeo da gravação de tela deverá ser executado em sincronia com o áudio e a transcrição.

6.2.7. Do controle de acesso ao sistema

6.2.7.1. O sistema deve ter controle de acesso parametrizável pelos administradores da CONTRATANTE;

6.2.7.2. Deve permitir adição, exclusão e edição de acessos de gerenciamento por parte do gestor da CONTRATANTE diretamente via interface de gerência;

6.2.7.3. A criação de usuários que irão acessar os recursos do sistema é ilimitada e gerenciada pela CONTRATANTE;

6.2.7.4. O controle de acesso é feito através de perfis de acesso, onde é possível atribuir as mesmas permissões para vários usuários distintos sem a necessidade de configurar as permissões para cada usuário individualmente;

6.2.7.5. O perfil de acesso deve ser integrável a usuários e grupos do Active Directory, da Microsoft, sistema de autenticação de usuários utilizados pela PMESP;

6.2.7.6. Deve permitir a criação de acessos com níveis diferenciados de privilégio para a configuração, administração do sistema, cadastro de usuários, pesquisa e escuta de gravações, e visualização de recursos;

6.2.7.7. Deve permitir adição, exclusão e edição de acessos de busca e escuta de gravações para usuários específicos diretamente via interface de gerência;

6.2.7.8. O sistema deve ter controle de acesso aos atendimentos;

6.2.7.9. Deve ser possível criar perfis de monitoria, onde serão definidos os operadores que poderão ser acessados pelos usuários que estiverem nesse perfil;

6.2.7.10. O perfil de monitoria deve ser integrável a usuários e grupos do Active Directory;

6.2.7.11. Usuários sem perfil de monitoria poderão acessar o sistema, mas não poderão acessar nenhum atendimento;

6.2.7.12. O sistema deve possuir registro em BD das inclusões/alterações e consultas com os seguintes dados: Login, IP, Data, Hora, recursos acessados;

6.2.7.13. O sistema deve possuir Log com:

6.2.7.13.1. Início e término de sessão do usuário;

6.2.7.13.2. Falha nas tentativas de acesso do usuário;

6.2.7.13.3. Causa do acesso com falha;

6.2.7.13.4. Se o acesso foi autorizado ou recusado;

6.2.7.13.5. Ações do usuário nos módulos internos da aplicação;

6.2.7.13.6. Criptografia forte para informações em trânsito;

6.2.7.13.7. O sistema deve possibilitar o bloqueio de logins simultâneos;

6.2.7.13.8. O sistema deve permitir o reset de senha automático após período de tempo definido pela CONTRATANTE;

6.2.7.13.9. Segurança de senha:

6.2.7.13.9.1. Senha diferente do login;

6.2.7.13.9.2. Senha com caracteres especiais;

6.2.7.13.9.3. Senha com quantidade mínima de números;

6.2.7.13.9.4. Senha com quantidade mínima de letras maiúsculas;

6.2.7.13.9.5. Senha com quantidade mínima de caracteres;

6.2.7.13.9.6. Restrição das últimas 10 senhas;

6.2.7.13.9.7. A senha quando armazenada em BD deve possuir criptografia irreversível;

6.2.7.13.9.8. Bloqueio automático após 5 tentativas inválidas;

6.2.7.13.9.9. Permitir a operação apenas via software, com impositação de senha;

6.2.7.13.9.10. Integrações online com sistemas legado (ferramenta -> Legado);

6.2.7.14. O software de gerenciamento por onde serão feitas as recuperações das gravações, relatórios e visualização dos status dos agentes, incluindo também o modulo de qualidade dos agentes, deverão ser totalmente em língua portuguesa (Brasil).

6.2.8. Das integrações com outros sistemas e demais requisitos

6.2.8.1. Deve possuir API para que departamentos internos ou empresas terceiras autorizadas integrem com a solução de Speech Analytics;

6.2.8.2. O acesso a API deve ser controlado e limitado conforme a necessidade do projeto, permitindo o acesso somente a operadores ou operações específicas;

6.2.8.3. Integrações online com sistemas legado (ferramenta -> Legado);

6.2.8.4. As gravações e atendimentos via chat devem ser importados dos sistemas de origem de forma automática ao sistema de Speech e Text Analytics;

6.2.8.5. Ser compatível para gravação de troncos SIP e ramais IP através de espelhamento de porta (Port-Mirror), se necessário;

6.2.8.6. Integrar-se a qualquer outro aplicativo CRM ou Tarifadores;

6.2.8.7. Possuir interface de pesquisa e reprodução das gravações 100% Web e ser compatível com os browsers Firefox, Chrome, Edge, Opera e Safari, e com os Sistema operacionais Windows, Linux e MacOS em todas as suas versões;

6.2.8.8. Possuir memória e capacidade de processamento suficientes para suportar todas as funcionalidades exigidas para o projeto;

6.2.8.9. Permitir a integração CTI (CSTA, TSAPI, TAPI, MCI, etc) para obtenção de Nº de A, free seating com login único, status de fila, informação de gancho e direção da ligação;

- 6.2.8.10. Permitir a Integração com URA, Discadores, CRM e outros softwares;
- 6.2.8.11. Recebimento do RTP criptografado pelo CUCUM;
- 6.2.8.12. Possuir capacidade para suportar SNMP v1, v2c, v3, envio de traps pelo equipamento para sistema de monitoração a ser informado pelo CONTRATANTE;
- 6.2.8.13. Possuir integração com Active Directory da Microsoft;
- 6.2.8.14. Permitir utilização de HTTP/HTTPS para comunicação entre os subsistemas, descartando a utilização de socket;
- 6.2.8.15. Possuir API de integração com outras plataformas;
- 6.2.8.16. Possuir File Transfer, modulo de transmissão de gravações via Web, possibilitando à empresa matriz ter acesso as gravações realizadas nas filiais;
- 6.2.8.17. A interface do sistema de acesso às gravações deverá ser responsiva, permitindo a correta visualização em monitores grandes, tablets e celulares;
- 6.2.8.18. A ferramenta de backup deverá se integrar a solução de backup do cliente, controlando o envio e a recuperação das gravações;
- 6.2.8.19. A recuperação e reprodução das gravações armazenadas no servidor de arquivamento deverá ser realizada por pesquisas e acessos diretos no servidor de arquivamento sem a necessidade de se transferir o arquivo para o disco rígido do gravador ou qualquer outro dispositivo de armazenamento;
- 6.2.8.20. Permitir que alarmes possam ser disparados via e-mail para administradores do sistema;
- 6.2.8.21. Permitir que alarmes sejam disparados assim que uma determinada palavra ou expressão for detectada pelo sistema;
- 6.2.8.22. Permitir o armazenamento das gravações em Hard Disk e/ou storage central da PMESP via rede LAN para posterior acesso;
- 6.2.8.23. Possibilitar o acesso e reprodução instantânea das gravações do disco rígido;
- 6.2.8.24. Possuir no armazenamento nas diversas mídias apresentadas anteriormente todas as informações das gravações, ou seja: canal, agente, data, hora, duração, número de A e de B, etc;
- 6.2.8.25. Permitir a inclusão de comentários e observações nos arquivos das gravações, facilitando o gerenciamento e a busca;
- 6.2.8.26. Possibilitar a implementação de novas facilidades, através de upgrade de software, sem necessidade de atualização de hardware ou aquisição de novas licenças;
- 6.2.8.27. Possuir Portal de Gravações – Plataforma esta que permitirá a gestão de vários equipamentos de gravação de voz através de uma única interface Web;
- 6.2.8.28. Possuir centralização das gravações em único Storage, facilitando a realização de backups e a recuperação das gravações;
- 6.2.8.29. O sistema deverá possuir alarmes que notifiquem os administradores e/ou responsáveis pelo sistema caso a conexão entre as localidades remotas e/ou o portal de gravações seja interrompido;
- 6.2.8.30. Todos os Hardwares e Softwares deverão estar acompanhados de documentação (manual, tutorial, especificação técnica, etc.) em mídia e em papel (formato A4), no idioma em língua portuguesa (Brasil);
- 6.2.8.31. A solução deverá ser acompanhada de portal tipo chat com inteligência artificial generativa para que seja consultado qualquer tipo de assunto relacionado as gravações, transcrições, eventos de inteligência e etc.

6.3. SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

6.3.1. A solução implementa tecnologia de IA Generativa integrada à base de dados do Speech Analytics, permitindo consultas avançadas através de processamento de linguagem natural.

6.3.2. Funcionalidades principais

6.3.2.1. Consultas em linguagem natural: Interface que permite questionamentos diretos sobre a base de atendimentos, sem necessidade de conhecimento técnico em consultas estruturadas;

6.3.2.2. Análises contextualizadas: Geração automática de insights e sugestões baseadas nos dados históricos de atendimentos;

6.3.2.3. Rastreabilidade de fontes: Identificação e referenciamento dos atendimentos específicos utilizados como base para cada resposta, garantindo transparência e auditoria;

6.3.2.4. Configuração organizacional: Parametrização do agente de IA para aderência aos protocolos, políticas e diretrizes específicas da organização;

6.3.2.5. Respostas estruturadas: Apresentação de resultados com análises qualitativas, recomendações e evidências quantitativas;

6.3.2.6. Benefícios técnicos de redução do tempo de análise de dados de atendimento;

6.3.2.7. Democratização do acesso às informações através de interface intuitiva;

6.3.2.8. Manutenção da governança e compliance organizacional;

6.3.2.9. Precisão nas respostas através de fontes verificáveis.

6.3.3. Controle de qualidade com IA Generativa

6.3.3.1. Solução abrangente de Quality Management (QM) para centrais de atendimento, com capacidade de avaliação automatizada de 100% dos atendimentos através de fichas de monitoramento configuráveis;

6.3.3.2. Criação flexível de formulários de avaliação personalizáveis;

6.3.3.3. Configuração de critérios específicos com pontuações associadas;

6.3.3.4. Interface intuitiva para parametrização de regras de avaliação.

6.3.4. Critérios de Avaliação Híbridos

6.3.4.1. A solução deve suportar múltiplas modalidades de análise:

6.3.4.1.1. Análise de percentual e tempo de silêncio (total e início do atendimento);

6.3.4.1.2. Análise por detecção automática de tópicos, palavras-chave e expressões específicas nos atendimentos;

6.3.4.1.3. Integração com IA Generativa para avaliações por prompts personalizados;

6.3.4.1.4. Monitoramento de Tempo Médio de Atendimento (TMA);

6.3.4.1.5. Motor de Regras Avançado;

6.3.4.1.6. Operadores lógicos configuráveis ("deve conter", "não deve conter");

6.3.4.1.7. Condições especiais "Não se Aplica" para critérios condicionais;

6.3.4.1.8. Configuração de "Falha Grave" com impacto direto na pontuação;

6.3.4.1.9. Capacidade de aplicação simultânea de múltiplas fichas por atendimento;

6.3.4.1.10. Processamento e Automação;

6.3.4.1.11. Análise automatizada e contínua de todos os atendimentos;

6.3.4.1.12. Processamento em lote sem necessidade de intervenção manual;

6.3.4.1.13. Integração nativa com sistemas de gravação existentes;

6.3.4.1.14. Módulo de Relatórios e Analytics;

6.3.4.1.15. Dashboard de desempenho individual por operador;

6.3.4.1.16. Visão consolidada da performance operacional por ficha;

6.3.4.1.17. Análise detalhada por critério de avaliação;

6.3.4.1.18. Exportação de dados para sistemas externos.

6.4. GARANTIA E SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA)

6.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia da solução por um período de 12 (doze) meses, a contar do seu recebimento definitivo, incluindo durante esse período, a substituição de peças e a execução de serviço de reparo;

6.4.2. Os acionamentos técnicos durante vigência do período de garantia obedecerão a seguinte classificação de severidade:

6.4.2.1. Severidade S1: Indisponibilidade total ou falha grave no Sistema de Gravação da Telefonia do Centro de Operações da PMESP (COPOM SP) interrompendo integralmente as gravações;

6.4.2.2. Severidade S2: Falha ou degradação parcial que impacte a qualidade, disponibilidade ou desempenho do sistema, incluindo as funcionalidades de inteligência artificial, sem interrupção total das gravações;

6.4.2.3. Severidade S3: Serviços Programados, como instalação, configuração, otimização, manutenção preventiva ou migração do sistema ou equipamentos, sem caráter emergencial;

6.4.3. Os prazos para atendimento do SLA serão conforme tabela abaixo:

NÍVEL	TEMPO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS	TIPO DE ATENDIMENTO
S1	Em até 4 horas	Remoto ou local
S2	Em até 12 horas	Remoto ou local
S3	Através de agendamento	Remoto ou local

6.4.4. A CONTRATADA deverá juntar cópia do Termo ou Certificado de Garantia, quando da entrega dos equipamentos;

6.4.5. Para a garantia dos reparos decorrentes de acionamentos técnicos, deverão ser considerados 90 (noventa) dias a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, nos termos artigo 26, inciso II, c.c. ao § 1º do mesmo dispositivo, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/90, sem qualquer ônus para a PMESP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Cabe destacar que dentre os produtos constantes no catálogo, não foi possível localizar o produto específico, sendo portanto especificado conforme descrição no Termo de Referência.

7.2. As quantidades contratadas, deverão seguir a tabela abaixo:

Objeto	Quantidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Gravadores de voz destinados ao Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, instalados na Capital.	02	Gravador com transcrição analítica com capacidade para 370 canais digitais		
		Serviço de Instalação, calibração e configuração de sistema de gravação		
Valor Global Unitário - 01 (um) Gravador de voz			R\$	
Valor Global Total - 02 (dois) Gravadores de voz			R\$	

7.3. A aquisição engloba os serviços de Instalação, configuração do sistema de gravação, de calibração e análise de negócio de inteligência artificial.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O sigilo faz-se necessário para que possamos fomentar a competitividade e acirrar a disputa durante a fase de negociação do pregão eletrônico. O valor estimado da contratação foi definido atendendo ao Decreto Estadual nº 67.888/23.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Considerando o que preconiza o § 3º do art.40 da Lei 14.133/21 especificamente que:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.2. Diante da complexidade da solução, o parcelamento compromete a integridade do resultado final, levando em consideração o risco de incompatibilidade entre o equipamento, a instalação, a calibração e as configurações do objeto.

9.2.1. Cabe destacar que, o equipamento em questão trata-se de Gravadores de voz destinados ao Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tem alto valor e alta complexidade, e que o funcionamento é de extrema importância de modo que opera 24 horas por dia, 7 dias por semana. A falha entre equipamento e sistema de funcionamento pode impedir a entrada em operação do sistema prejudicando a prestação do serviço à sociedade.

9.3. A tabela a seguir indica as Etapas de Implantação da Solução:

Assinatura do Contrato	TO
Etapas 1 - Entrega dos equipamentos	TO + 45 dias
Etapas 2 - Instalação, calibração e configuração dos equipamentos	TO+ 80 dias

TO = tempo zero, considera-se a data da assinatura do contrato.

9.4. O pagamento estará condicionado à apresentação de Nota Fiscal/ Fatura, em nome da Polícia Militar do Estado de São Paulo, encaminhado em 02 (duas) vias, na qual deverá constar o número do contrato, nota de empenho e processo.

9.5. Os pagamentos obedecerão aos seguintes critérios:

9.5.1. Etapa 1: Serão efetuados os pagamentos referentes a entrega dos equipamentos - hardwares e softwares (com todas as licenças e subscrição que forem necessárias). Nesta etapa, estes itens serão pagos de forma integral, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.

7.5.2. Etapa 2: Serão efetuados os pagamentos referentes ao serviços de instalação, configuração do sistema de gravação, calibração e análise de negócios, que deverão ser concluídos em até 80 (oitenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.889 de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000175/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 05/12/2025;
- III) Id do item no PCA: 169;
- IV) Classe/Grupo: 5836;
- V) Identificador da Futura Contratação: 180183-32/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição é de suma importância, resultando em um investimento estratégico que garante a continuidade do serviço de emergência 190, protege a integridade das provas judiciais e moderniza a segurança das informações da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

12.2. Dentre os pontos a serem beneficiados estão:

12.2.1. Eficiência Operacional e aproveitamento de Recursos Humanos:

12.2.1.1. O novo sistema realizará a transcrição de forma automática, resultando na automação de processos;

12.2.1.2. A automação libera os policiais militares dessa tarefa administrativa para atuarem diretamente na atividade fim da PMESP, otimizando a força de trabalho;

12.2.1.3. O sistema analítico permitirá a identificação rápida de termos e padrões durante o atendimento, agilizando as respostas operacionais.

12.2.2. Economicidade e Redução de custos:

12.2.2.1. A aquisição se justifica pelo princípio da economicidade, visando o menor custo global a longo prazo, tendo em vista, com os equipamentos novos, os gastos atuais da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) com correções e intervenções técnicas constantes deixarão de existir por pelo menos 12 meses, bem como atualizações de licenças. 12.2.3. Segurança jurídica e proteção de dados:

12.2.3.1. O sistema atual apresenta risco real de perda de chamadas 190, que são fundamentais para requisições judiciais, de modo a levar em consideração o tempo de utilização dos equipamentos atualmente;

12.2.3.2. A escolha por uma solução on-premises (local) em vez de nuvem garante que os dados não sejam expostos a riscos externos.

12.2.4. Inovação e Modernização Tecnológica:

12.2.4.1. O novo sistema integrará com a ferramenta de Inteligência Artificial (IA já utilizada no Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo - denominada "Mike") para análise de sentimentos, tom de voz e detecção automática de situações de estresse;

12.2.4.2. A criação de dashboards e relatórios automáticos permitirá identificar padrões de criminalidade e condutas de atendimento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente do órgão nem capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização do contrato. A contratada deverá prever frentes de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para garantir a entrega, instalação e calibragem do equipamento.

13.2. A definição de "frentes de serviço", mencionado no subitem anterior, refere-se à alocação de recursos humanos com capacidade técnica para realização de todas as atividades:

13.2.1. entrega dos equipamentos;

13.2.2. instalação;

13.2.3. calibragem;

13.2.4. após a conclusão das etapas supracitadas, a Contratada deverá prestar a devida assistência até o limite da garantia exigida, com mão de obra especializada, tanto para serviço "in loco" quanto assistência remota.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com base na gestão pela excelência praticada em toda a Corporação e tendo grande relevância nesta Diretoria, todo material adquirido tem por preferência os critérios de sustentabilidade e a economia de energia, bem como o descarte de resíduos é criteriosamente selecionado conforme material.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação. Optou-se pela não exigência de garantia da contratação, nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/21, considerando que o objeto consiste na aquisição de equipamentos com fornecimento imediato e instalação pontual, sem complexidade contratual que justifique a imposição de garantia. Ademais, a existência de garantia técnica do fabricante, associada à baixa probabilidade de inadimplemento e à ausência de riscos financeiros relevantes para a Administração, tornam desnecessária a exigência de garantia contratual, preservando-se, ainda, a competitividade do certame.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FILIPPE OLIVEIRA NOBREGA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:13:07.

LETICIA TAIS LEITE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:06:02.

VALERIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:04:46.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº.057.00620245/2025-41)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A), POR
INTERMÉDIO DO(A) E
.....

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA / POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede no(a) Avenida Cruzeiro do Sul, 260 - 6º andar - Canindé, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0038-46, neste ato representado(a) pelo(a) Coronel PM Beatriz de Assis Bastos Morassi, nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº (se ausente identificação funcional individualizada), no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 057.00620245/2025-41 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de 02 (dois) Gravadores de Voz para o Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COPOM/SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição de Gravadores de Voz para o Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo	6430350	383488	2	R\$	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura deste termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente

protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (*trinta*) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (*trinta*) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais*;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. *Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;*

9.1.19. *Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.1.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.1.21. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

9.1.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra o Edital em seu anexo III.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação*

II. *Fonte de Recursos: 150010001 – Tesouro Geral*

III. Programa de Trabalho: 180.402 – Administração Geral da PMESP

IV. Elemento de Despesa: 449052 – Equipamento e Material Permanente

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV
PLANILHA DE PROPOSTA

<i>ITEM</i>	<i>ETAPA</i>	<i>Especificação</i>	<i>CATMAT BEC</i>	<i>CATMAT Gov.br</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Etapa</i>	<i>Valor Total</i>
<i>1</i>	<i>1</i>	<i>Entrega dos equipamentos</i>	<i>6430350</i>	<i>383488</i>	<i>Unidade</i>	<i>2</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
<i>1</i>	<i>2</i>	<i>Instalação, calibração e configuração dos equipamentos</i>			<i>Serviço</i>	<i>1</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, Processo SEI nº 057.00620245/2025-41, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)